

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 10 de julho de 2020, não continha modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de julho de 2020.



DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA 2019

31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.651.492	1.897.135
Contas a receber	5	47.490	74.924
Impostos recuperar	6	375.892	406.800
Depósitos Judiciais		-	21.578
Despesas antecipadas		23.641	23.736
Ativo contratual da concessão	7	10.330.903	9.989.894
Outros ativos circulantes	8	532.296	3.333.613
		14.961.714	15.747.680
Ativo não circulante			
Ativo contratual da concessão	7	120.860.615	116.948.066
Intangível		46.184	58.591
Outros ativos não circulantes	8	754.193	56.240
		121.660.992	117.062.897
Total do ativo		136.622.706	132.810.577
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	969.445	3.051.505
Empréstimos	10	420.588	-
Debêntures	11	1.622.000	-
Obrigações sociais e trabalhistas	12	29.179	26.581
Obrigações tributárias	13	1.436.806	845.450
Parcelamento tributário	14	94.403	-
Encargos Setoriais	15	64.255	482.933
		4.636.676	4.406.469
Não circulante			
Empréstimos	10	879.412	-
Debêntures	11	28.920.107	-
Partes Relacionadas		-	33.988.902
Tributos Diferidos	16	35.130.902	35.780.481
Parcelamento Tributário	14	227.860	-
		65.158.281	69.769.383
Patrimônio líquido			
Capital social	17	6.000.001	6.000.001
Reserva Legal		1.512.632	1.193.737
Reserva de Lucros		57.499.998	51.440.987
Reserva de Incentivo Fiscal		1.815.118	-
		66.827.749	58.634.725
Total do passivo e patrimônio líquido		136.622.706	132.810.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	18	12.514.690	57.342.575
Custo da operação	19	(20.944)	(16.178.086)
Lucro bruto		12.493.746	41.164.489
Despesas operacionais	20	(2.916.161)	(3.194.466)
Resultado bruto		9.577.585	37.970.023
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		78.574	26.587
Despesas financeiras		(1.020.560)	(710.271)
		(941.986)	(683.684)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		8.635.599	37.286.339
IRPJ e CSLL	22	(2.257.693)	(13.502.587)
Lucro líquido do exercício		6.377.906	23.783.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	<u>6.377.906</u>	<u>23.783.752</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u>6.377.906</u>	<u>23.783.752</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em reais (R\$)



	Capital social	Reservas de lucro			AFAC	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de Lucros	Reserva de Incentivo Fiscal			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.000	4.549	28.846.423	-	5.990.001	-	34.850.973
Integralização de capital	5.990.001	-	-	-	(5.990.001)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.783.752	23.783.752
Reserva Legal (Nota 17 c)	-	1.189.188	-	-	-	(1.189.188)	-
Dividendos a Destinar (Nota 17 c)	-	-	2.675.672	-	-	(2.675.672)	-
Reserva de Lucros (Nota 17 c)	-	-	19.918.892	-	-	(19.918.892)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.000.001	1.193.737	51.440.987	-	-	-	58.634.725
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.377.906	6.377.906
Incentivo Fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	-	-	-	1.815.118	1.815.118
Reserva Legal (Nota 17 c)	-	318.895	-	-	-	(318.895)	-
Dividendos a Destinar (Nota 17 c)	-	-	263.735	-	-	(263.735)	-
Reserva de Lucros (Nota 17 c)	-	-	5.795.276	-	-	(5.795.276)	-
Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção SUDAM (Nota 17 c)	-	-	-	1.815.118	-	(1.815.118)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.000.001	1.512.632	57.499.998	1.815.118	-	-	66.827.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa | Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.377.906	23.783.752
Reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		
Variação monetária - Debêntures	448.217	-
Ativo contratual - Remuneração e Margem de Construção	(4.253.558)	(38.688.191)
Amortização	12.407	10.340
Impostos e contribuições diferidas	2.617.834	16.779.188
Incentivo Fiscal	1.815.118	-
	7.017.924	1.885.089
Variação nos saldos de ativos e passivos	(2.397.295)	(4.745.343)
Redução/(aumento) de Contas a Receber	27.434	(74.924)
Redução/(aumento) de Impostos a recuperar	30.908	(397.891)
Redução/(aumento) de Depósitos Judiciais	21.578	(21.578)
Redução/(aumento) de Despesas antecipadas	95	(23.736)
Redução/(aumento) de outros ativos Circ. e Não Circ.	2.103.364	11.627.628
Aumento/(redução) de Fornecedores	(2.082.060)	(15.291.274)
Aumento/(redução) de Obrigações sociais e trabalhistas	2.598	26.581
Aumento/(redução) de Obrigações Tributárias	(2.404.797)	(1.073.082)
Aumento/(redução) de Outras Obrigações	(96.415)	482.933
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.620.629	(2.860.254)
Pagamento IRPJ e CSLL	(271.260)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	4.349.369	(2.860.254)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo Contratual da Concessão	-	(16.178.086)
Intangível	-	(66.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(16.244.198)
Atividades de financiamentos		
Captação de Empréstimos	1.300.000	-
Captação de Debêntures	30.093.890	-
Mútuo - Partes Relacionadas	780.516	31.867.967
Pagamento - Mútuo Partes Relacionadas	(34.769.418)	(10.877.670)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(2.595.012)	20.990.297
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.754.357	1.885.845
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.897.135	11.290
Caixa e equivalentes no fim do exercício	3.651.492	1.897.135
	1.754.357	1.885.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Groenlândia nº 112 sala 1-4, Jardim América, São Paulo -SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 – ANEEL, descrita a seguir: Instalações De Transmissão no estado do Pará, compostas pela Subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pela Diretoria em 31 de julho de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC endossados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado do outro modo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço público de transmissão de energia. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

- Ativo Contratual de Concessão – Origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (i) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada do CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações são enquadradas como um “Ativo Contratual”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção mais margem de construção com base em todos os custos incorridos destinados ao investimento do ativo no momento. Todos os custos e margem de construção são alocados imediatamente no resultado, no momento que incorridos. A taxa para o reconhecimento da margem de construção é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração, é o resultado da correção monetária do ativo contratual devido ao reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.5. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido as imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.7. Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.8. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%;

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes

Correntes

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000,000 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são conhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.12. Encargos regulatórios

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):

O valor da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.13. Reconhecimento de receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de Energia Elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com o CPC47/IFRS 15.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

No período pré-operacional é reconhecida a receita de infraestrutura referente aos serviços de implementação, ampliação, reforços e melhorias das instalações de energia elétrica. Essa receita é reconhecida conforme os gastos incorridos na construção e calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Já no período operacional são registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura e receita de Operação e Manutenção que consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.14. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por Ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por Ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

3.15. Normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva a partir de 2019

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019. A Companhia divulgou os impactos nas demonstrações contábeis referentes as adoções.

Com relação ao CPC 06 R2 – Operações de Arrendamento Mercantil e ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o Lucro, a Administração da Companhia avaliou que a norma e sua adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 não provocou impactos relevantes nas Demonstrações contábeis.

a. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2020, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Revisão do CPC 00 –Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) Alterações no CPC 15 (R1) –Combinação de Negócios; e (iii) Alterações no CPC 26 (R1) –Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos - conta movimento	895.352	44.131
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.756.140	1.853.004
	3.651.492	1.897.135

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 100% do CDI.

5. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias e permissionárias	47.490	74.924
	47.490	74.924

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação do ONS – Operador Nacional do Sistema.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	39.372	73.384
Vencidos até 30 dias	892	542
Vencidos até 60 dias	1.009	276
Vencidos até 90 dias	523	434
Vencidos até 180 dias	3.990	288
Vencidos até 360 dias	1.040	-
Vencidos há mais 360 dias	664	-
	47.490	74.924

A administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a Recuperar	308.653	383.591
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.981	1.049
ISS a Recuperar	15.600	4.337
IR Clientes	13.064	4.232
CSLL Clientes	5.348	1.693
PIS Clientes	167	823
COFINS Clientes	770	3.801
Imposto de Renda	274	274
Imposto de Renda - Saldo Negativo	28.825	-
CSLL Retido na Fonte	1.210	849
ICMS a Compensar	-	6.151
	375.892	406.800

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2019:

<u>Mutação do Ativo Contratual</u>	<u>TRAF (a)</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adição (b)</u>	<u>Juros, Atualizações monetárias e outros (c)</u>	<u>Recebimentos (d)</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
	11,05 % a.a	126.937.960	1.468.122	12.775.329	(9.989.893)	131.191.518
Circulante		9.989.894				10.330.903
Não circulante		116.948.066				120.860.615

- (a) Refere-se à taxa real de remuneração do ativo contratual da concessão – TRAF. No início da concessão, a TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção. Após a entrada em operação comercial a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.
- (b) Valor a receber referente à implementação de infraestrutura, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Neste valor constam serviços e materiais. A Companhia poderá receber parte deste valor após o final da concessão, quando da indenização.
- (c) A Receita de remuneração dos ativos da concessão é o resultado da multiplicação do saldo do ativo contratual pela TRAF acrescida do IPCA. A correção monetária do ativo contratual é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários.
- (d) Reflete a parcela do faturamento da receita anual permitida (RAP) como também da revisão anual das premissas utilizadas no julgamento e elaboração do cálculo do ativo contratual. A Companhia tem por prática contábil reavaliar anualmente o cálculo do ativo contratual por se tratar de uma estimativa contábil.

Após a implantação da infraestrutura constante do Contrato de Concessão, a contabilização de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerá quando da implantação de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço daquela existente e que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Outros Ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a Fornecedores	241.872	2.216.337
Créditos de Terceiros	4.503	4.503
Outros adiantamentos	205.686	-
Adiantamento Proinfra (b)	80.235	1.112.773
Total Outros Ativos Circulantes	532.296	3.333.613
Ordem de Dispêndios a Reembolsar (a)	697.953	-
Diretores, Conselheiros E Acionistas	56.240	56.240
Total Outros Ativos Não Circulantes	754.193	56.240

- (a) - Ordem de dispêndios a reembolsar compreende o processo de registro, acompanhamento e controle de valores, utilizado para acumular os desembolsos que não representam despesas da companhia, e que serão objeto de reembolso sobre o estudo dos projetos de Fortaleza e Porto Alegre, a partir de 2021.
- (b) - Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição. O valor de R\$ 1.112.773 foi recebido no exercício de 2018 do cliente Vale SA e repassado ainda em 2018 para o fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA, tratado como adiantamento. A nota fiscal de cobrança do encargo emitido pelo fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA foi emitida em 2019, momento em que o valor foi apropriado ao resultado na conta de outros encargos – PROINFA.

9. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de Materiais e Serviços	969.445	3.051.505
	969.445	3.051.505

Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

10. Empréstimos

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		
Capital de Giro – BASA	420.588	-
	420.588	-
Passivo Não Circulante		
Capital de Giro – BASA	879.412	-
	879.412	-

Trata-se de cédula de crédito bancário para capital de giro no montante de R\$ 1.300.000, emitido em 30/10/2019 e creditado em 01/11/2019, com vencimento em 15/11/2022, captado do Banco da Amazônia S.A. Os juros são calculados conforme a “taxa de juros dos fundos constitucionais”, divulgado pelo Bacen, e pelo componente pré-fixado da TFC de 0,017449, para pagamentos realizados até o vencimento ou de 0,020528 para pagamentos realizados após o prazo de vencimento. O empréstimo tem carência de dois meses, com primeiro vencimento para fevereiro de 2020.

O contrato é garantido por aval dos acionistas.

Os encargos são calculados de acordo com a metodologia estabelecida no Art. 1º-A da Lei nº 10.177/2001 e regulamentada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.622/2018 e suas alterações, considerando a seguinte fórmula e seus respectivos componentes:

$$TFC = FAM \times [1 + (BA \times CDR \times FP \times FL \times \text{Juros Prefixados da TLP})]^{DU/252 - 1}$$

FAM: Fator de Atualização Monetária

BA: Bônus de Adimplência

CDR: Coeficiente de Desequilíbrio Regional

FP: Fator de Programa

FL: Fator de Localização

TLP: Taxa de Longo Prazo

11. Debêntures

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		
Debêntures	1.622.000	-
	1.622.000	-
	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Não Circulante		
Debêntures	28.920.107	-
	28.920.107	-

Em 15 de novembro de 2019, foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), com vencimento de 20 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2039.

O valor das debentures é atualizado monetariamente com 6,15% a.a, somados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

O Agente Fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes na Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, na ciência da ocorrência, em suma, das seguintes hipóteses:

- Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação relativa as debentures e/ou prevista na Escritura;
- Não utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos do contrato;
- Declaração de invalidade dos contratos de garantia por decisão judicial;

- Não manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") em valor maior ou igual 1,30x, a ser apurado anualmente pela Emissora, conforme demonstrações financeiras regulatórias preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, disponibilizado pela ANEEL, e validado pelo Agente Fiduciário. O ICSD deverá ser calculado como a razão entre (A) o Fluxo de Caixa Operacional; e (B) o Serviço da Dívida ($ICSD = A / B$). O Fluxo de Caixa Operacional deverá ser calculado como (C) o EBITDA; menos (D) as despesas de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido; e menos (E) a variação do capital de giro ($Fluxo\ de\ Caixa\ Operacional = D - C - E$). O Serviço da Dívida deverá ser calculado como (F) o pagamento de amortização de principal das dívidas; e (G) o pagamento de juros das dívidas ($Serviço\ da\ Dívida = F + G$) ("Índice Financeiro");
- Não renovação dos seguros;
- Não manutenção das licenças, concessões e/u aprovações necessárias ao seu regular funcionamento; e
- Dentre outras.

Todas as exigências e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de debêntures estão sendo devidamente observadas pela Companhia.

As debêntures contam com as seguintes garantias reais: **(A)** alienação fiduciária em garantia da totalidade de ações de emissão da Companhia de titularidade dos seus acionistas conforme "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 22 de novembro de 2019; e **(B)** cessão fiduciária pela Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, conforme previsto no "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*", celebrado em 22 de novembro de 2019, de **(B.i)** direitos emergentes do "Contrato de Concessão nº 21/2016 – ANEEL" exclusivamente relativos às instalações de transmissão caracterizadas no Anexo 6W do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL, inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo poder concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão; **(B.ii)** direitos de crédito da Companhia, presentes e futuros, decorrentes exclusivamente da prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no Anexo 6W do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL; e **(B.iii)** os valores a serem depositados na conta corrente de movimentação restrita, aberta junto à Caixa Econômica Federal (conta vinculada).

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF a recolher	2.049	5.187
Provisão de Férias	19.406	15.304
Provisão de INSS sobre Férias	6.171	4.867
Provisão de FGTS sobre Férias	1.553	1.223
	29.179	26.581

13. Obrigações tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda (a)	391.860	-
CSLL (a)	789.175	-
PIS a Recolher	14.199	15.006
PIS s/ Encargos Setoriais	-	27.106
COFINS a Recolher	65.651	69.147
COFINS s/ Encargo Setoriais	-	124.853
ICMS a recolher	-	450.999
Imposto de renda retido na fonte	13.773	6.638
INSS Retido de Fornecedor	94.486	89.811
INSS Retido PJ	-	1.255
INSS a Recolher	9.484	7.841
CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	34.896	9.363
ISS a Recolher	23.282	40.884
FGTS a Recolher	-	2.547
	1.436.806	845.450

(a) – Memória de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar:

	31/12/2019
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	8.635.599
Adições	
Remuneração dos ativos Períodos Anteriores	3.010.365
Base de Cálculo Antes Das Compensações	11.645.964
Saldo de Compensação Prejuízo Anterior	(1.965.337)
Base de Cálculo Após Compensação	9.680.627
Base Imposto De Renda Sudam	2.420.157
IRPJ a Recolher	581.039
Pagamentos IRPJ Estimativa Mensal	(189.179)
Saldo IRPJ em 31/12/2019	391.860
CSLL a Recolher	871.256
Pagamentos CSLL Estimativa Mensal	(82.081)
Saldo CSLL em 31/12/2019	789.175

14. Parcelamento Tributário

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamento ICMS Difal Curto Prazo	138.063	-
(-) Juros Parcelamento ICMS Difal	(43.660)	-
	94.403	-
Parcelamento ICMS Difal Longo Prazo	333.512	-
(-) Juros Parcelamento ICMS Difal	(105.652)	-
	227.860	-

Parcelamento do ICMS DIFAL de 2017 e 2018 do Estado do Pará, conforme Instrução Normativa SEFA Nº 15 DE 13/09/2019. Débito de R\$ 521.484 do ICMS DIFAL de 2017 parcelado em 48 parcelas e o débito de R\$ 24.651 do ICMS DIFAL de 2018 parcelado em 24 parcelas.

15. Encargos Setoriais

	31/12/2019	31/12/2018
MME	1.534	-
FNDCT	3.068	-
P & D - PROJETOS	59.653	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE (a)	-	482.933
	64.255	482.933

(a) - A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

16. Tributos Diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Diferido (a)	20.174.915	20.917.121
Contribuição Social Diferida (a)	7.276.134	7.543.648
PIS Diferido (b)	1.369.920	1.305.678
COFINS Diferido (b)	6.309.933	6.014.034
	35.130.902	35.780.481

Os saldos supracitados referem-se ao montante devido a aportes para construção da linha de transmissão da Companhia. O referido saldo não tem incidência de juros e nem atualização monetária.

(a) – IR e CS Diferido:

	31/12/2019	31/12/2018
Base Remuneração Ativos de Concessão	83.708.144	43.994.654
Saldo IR e CS diferido ano anterior	28.460.769	14.958.182
IR e CS diferido no ano	-	13.502.587
Baixa IR e CS diferido	(1.009.720)	-
Saldo IR e CS diferido	27.451.049	28.460.769

(b) – Pis e Cofins Diferido:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo PIS e COFINS ano anterior	7.319.712	4.043.111
Receita no ano	3.893.416	35.422.713
PIS e COFINS diferido sob receita no ano	360.141	3.276.601
Saldo PIS e COFINS diferido	7.679.853	7.319.712

17. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2019 é representado por 16.666 (dezesesseis mil e seiscentos e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Testotrans Holding Ltda	14.166	85%	14.166	85%
Kavom Energia Ltda	2.500	15%	2.500	15%
	16.666	100%	16.666	100%

b) Lucro Acumulado

Os lucros realizados em 2017, 2018 e 2019 que acumulam R\$ 59.010.081 (cinquenta e nove milhões, dez mil e oitenta e um reais) em 31/12/2019, permanecem na rubrica de lucros acumulados, cuja destinação deverá ser deliberada pelos acionistas em assembleia geral.

c) Destinações

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	6.377.906	23.783.752
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	(318.895)	(1.189.188)
Lucro após as destinações obrigatórias	6.059.011	22.594.564
(-) Reservas para subvenções	(1.815.118)	-
Base Cálculo Dividendo (metade do lucro líquido diminuído da reserva legal e subvenção)	1.054.940	10.702.688
 (-) Dividendos propostos (25%)	 (263.735)	 (2.675.672)
 Lucros a Destinar	 5.795.276	 19.918.892
Sendo:		
Reservas de Lucros	5.795.276	19.918.892

18. Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de Construção	-	45.503.689
Remuneração dos ativos da Concessão	12.775.329	10.447.353
Receita de O&M	1.107.981	615.379
Receita de Transmissão da Rede Básica	4.753.951	5.799.082
PIS e COFINS Diferidos	360.141	3.276.601
(-) Encargos do Consumidor	(4.759.660)	(4.026.164)
(-) Outros Encargos	(1.362.911)	(996.764)
(-) PIS e COFINS Diferido	(360.141)	(3.276.601)
Receita de Construção	12.514.690	57.342.575

19. Custos da Operação

	31/12/2019	31/12/2018
Custos de Construção	-	(16.178.086)
Consumo de Energia e outros	(20.944)	-
	(20.944)	(16.178.086)

Custos de construção: custos com aquisição de materiais, serviços e equipamentos utilizados na fase de construção dos ativos sujeitos ao contrato de concessão.

20. Despesas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais	(70.788)	(81.267)
Serviços de Terceiros	(2.192.472)	(2.688.628)
Doações, contribuições e subvenções	(20.830)	(10.092)
Tributos	(66.600)	(33.956)
Remuneração	(226.970)	(190.885)
Encargos	(93.894)	(76.668)
Outros Benefícios Correntes	(47.351)	(32.769)
Arrendamentos e Aluguéis	(93.286)	(7.895)
Amortização	(12.407)	(10.340)
Seguros	(91.563)	(61.499)
Outros	-	(467)
	(2.916.161)	(3.194.466)

21. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	78.574	26.587
Despesas financeiras	(1.020.560)	(710.271)
	(941.986)	(683.684)

22. IRPJ e CSLL Diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

A companhia tem registro de imposto de renda e contribuição social passivo diferido conforme abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
IR Diferido	(1.653.951)	(9.922.020)
CS Diferido	(603.742)	(3.580.567)
	(2.257.693)	(13.502.587)

Os saldos passivos diferidos referem-se as diferenças temporárias devido ao ativo contratual de concessão. A memória de cálculo está representada na nota explicativa 16.

22. Passivos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos internos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

23. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Fator Seguradora S.A	
APÓLICE:	1001800000058
TIPO:	Compreensivo Empresarial Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 45.480.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 79.269,85
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2019 a 06/04/2020

Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	
APÓLICE:	1001800000058
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 10.532,81
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2019 a 06/04/2020

Em 06/04/2020 as apólices foram renovadas passando a vigorar nas seguintes condições:

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	1800626523
TIPO:	Compreensivo Empresarial Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 45.480.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 53.695,37
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	5100001359
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 7.984,02
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

24. Eventos Subsequentes

A ONTE vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico, em especial no mercado brasileiro, e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nessas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ademais, a Administração considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica tem se mostrado eficientes para conter estes riscos.

De forma a garantir o fluxo normais das atividades a Companhia adotou posição prudente na gestão do caixa, mantendo a liquidez e robustez financeira usuais. A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores.